

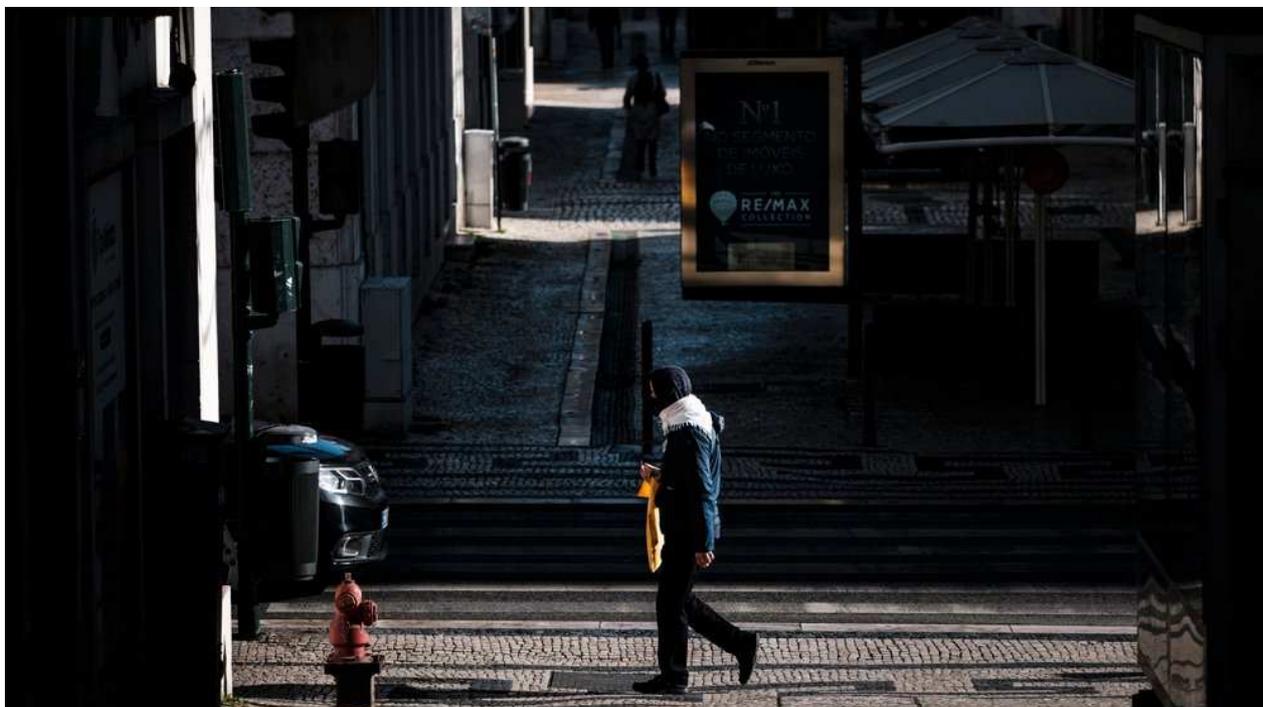
## Pico da terceira vaga já deverá ter sido ultrapassado em Portugal, mas Lisboa e Vale do Tejo destoa

Na SIC, o investigador Carlos Antunes notou que os dados sugerem que o pico pode já ter sido ultrapassado, mas LTV destoa do resto do território e "atrasa" a desaceleração mais acentuada da pandemia.



**Gonçalo Correia** Texto

02 fev 2021, 11:01



▲ A região de Lisboa e Vale do Tejo destoa das restantes regiões do país e aqui o pico ainda não terá sido ultrapassado, "mas estamos a chegar lá"

FILIPPE AMORIM/OBSERVADOR

Em Portugal, o pico da terceira vaga de infeções com o novo coronavírus — que se seguiu ao período de Natal — já poderá ter sido ultrapassado. Há porém uma região do país, Lisboa e Vale do Tejo, que destoa das restantes e não evidencia ainda sinais de que a taxa de contágios já esteja em fase de inflexão face aos números apresentados em semanas anteriores.

A ideia foi transmitida esta segunda-feira por [Carlos Antunes, docente e investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa](#), em declarações proferidas na SIC Notícias. O investigador, que tem colaborado com o epidemiologista Manuel Carmo Gomes

(membro da equipa de aconselhamento científico ao Governo) nas análises matemáticas à evolução da Covid-19 em Portugal, notou uma “tendência de diminuição da taxa” de novos contágios, **“que nos diz que estamos já a passar ou já passámos o pico a nível nacional”**.

Contudo, o que verificamos é que em Lisboa e Vale do Tejo ainda não é evidente a passagem pelo pico, mas estamos a chegar lá porque a tal taxa média de novos casos está a convergir para 0 e o RT [índice de transmissibilidade] também está a convergir para 1. Será nestes dias certamente que atingiremos o pico em Lisboa”, afirmou.

A inflexão no crescimento do número de novos casos diários de Covid-19 em Portugal torna-se aparente também na análise aos dados reportados diariamente pela Direção-Geral da Saúde. Há quatro dias consecutivos que o número de novos casos positivos detetados pelas autoridades de saúde é inferior ao registado no mesmo dia na semana anterior.

Esta segunda-feira, o boletim da DGS identificava mais 5.805 casos de infeção, menos 1.118 do que na segunda-feira anterior (dia em que foram notificados 6.923 novos casos). No último domingo, o boletim reportava 9.498 casos, menos 2.223 do que no domingo prévio (em que se contabilizaram 11.721). No último sábado, houve registo de mais 12.435 casos, quase menos três mil do que no sábado anterior (15.333). E na última sexta-feira também se registou uma diminuição homóloga, embora mais ténue: 13.200 casos novos face a 13.987 do mesmo dia da semana prévia.

Embora a probabilidade de que o pico já tenha sido ultrapassado globalmente no território nacional seja elevada, será preciso esperar mais uns dias para confirmar que a tendência de desaceleração do aumento de casos não é passageira — sendo ao invés disso reflexo das novas medidas de contenção para travar o crescimento da pandemia.

Onde ainda não se registou uma desaceleração do agravamento da pandemia em Portugal é no número de internamentos e no número de óbitos por Covid-19, que só tendem a baixar posteriormente à desaceleração dos contágios — tendencialmente há primeiro uma desaceleração das novas infeções, só mais tarde uma desaceleração no aumento do número de internados e só posteriormente a isso uma desaceleração do aumento do número de mortes. Ou seja: ainda não será já que à passagem do pico de contágios equivalerá um alívio na pressão hospitalar e no número de óbitos.

[De acordo com o jornal Público](#), que cita dados enviados precisamente pelo investigador Carlos Antunes, o Alentejo terá sido a primeira região a ultrapassar o pico de contágios — o pico ter-se-á verificado por volta do dia 21 de janeiro, ou seja, há 12 dias. Seguiu-se então a região Norte (entre 23 e 24 de janeiro, ou seja, há entre nove a dez dias) e depois o Algarve (a 25 de janeiro, ou seja, há oito dias). O Público cita ainda dados referentes à região Norte compilados por Milton Severo, responsável pelas projeções do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto.